

A SEMANA

na África

Clipping sobre PALOP e África Austral

06 a 12 de agosto de 1991 - nº 0

CAVACO VISITARÁ ANGOLA ANTES DE GONZÁLEZ E COLLOR

Portugal procura manter a dianteira em Angola e colher os frutos do seu papel nas negociações de paz. O primeiro-ministro português visitará Luanda em 25 de agosto e teria sido o próprio governo angolano a solicitar essa participação, pois ela pode contribuir para evitar problemas na aplicação da paz.

O presidente Collor irá em setembro, numa viagem que se estenderá ao Zimbábue e a Moçambique.

A visita do premier Filipe González reflete o papel cada vez mais importante que os investimentos espanhóis desempenham em Angola, país prioritário para eles na África (p.10)

ANC INSISTE NUM GOVERNO DE TRANSIÇÃO-

Remodelação ministerial na África do Sul não convence nacionalistas negros.

O ANC deseja a convocação imediata de uma "conferência de todos os partidos" cuja principal tarefa será "discutir a criação de um governo de transição". "O presidente de Klerk rejeitou o conceito de governo de transição, aceitando no entanto "arranjos transitórios" que deveriam constituir" a ordem do dia de uma conferência multipartidária."

Ainda sobre o escândalo Inkathagate: o jornal britânico Independent anunciou que os serviços secretos sul-africanos ajudaram a Inkatha desde 1974, e a CIA também colaborou. (p.35).

Informativo de circulação restrita editado pelo programa de Estudos Africanos do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS — CEEA do Conjunto Universitário Cândido Mendes.
Responsável: José Maria N. Pereira. Elaboração: Colin Darch, Edson Borges, Francisco E. Novello, Marcelo Bittencourt Pinto e Rogério A. Schmitt.
Secretaria: Ana Cristina Macedo de Souza. Rua da Assembléia, 10, Sala 501. Telefone: 224-8622 R. 259; 221-3536; Fax: (021) 2310648.
Rio de Janeiro — Brasil Cep: 20011.

O RENDER DOS CONSERVADORES (África do Sul)

O governo de Klerk, pressionado pelo escândalo Inkathagate, procedeu a uma reforma ministerial. Os ministros da Defesa, Magnus Malan, e o da Lei e da Ordem, Adrian Vlok, foram destituídos dos seus cargos e passaram a ocupar pastas secundárias no governo. Três outros ministros foram também trocados por reformistas da nova geração. O substituto de Malan, Roelf Meyer, 44 anos, esteve no centro do processo que levou às negociações com o ANC.

É a primeira vez em 25 anos que a Defesa deixa de estar nas mãos de um "falção" militar. Ao chamar para o governo jovens de segundo plano, de Klerk ganha maior amplitude para controlar zonas nevrálgicas do poder. (p.34)

A matéria **QUEM ENTRA E QUEM SAI** (p.37) aponta características dos políticos envolvidos nesta reforma ministerial.

MAPUTO E RENAMO DE NOVO À MESA APÓS DOIS MESES DE JEJUM (Moçambique)

As delegações do governo moçambicano e da Renamo retomaram as negociações de paz, em Roma, sob a égide da Igreja Católica (Comunidade de Santo Egídio). Chefiam as delegações: Armando Guebuza, pelo governo, e Raúl Domingues, pela Renamo.

A dificuldade nesta sétima rodada de negociações está na questão da lei eleitoral. A Renamo tem se recusado a inscrever-se como partido [como as outras organizações políticas o têm feito] junto às autoridades moçambicanas. Ela pretende fazê-lo somente diante de uma comissão neutra, como uma da ONU, por exemplo. (p.26). Na mesma página, a matéria **A ESPERA DO "GRANDE PRETO"** sublinha a necessidade de uma participação direta da África do Sul nas negociações. O branco que quer ser "o grande preto do sul" é o presidente de Klerk. Fala-se em Maputo que enquanto a África do Sul não participar oficialmente, com estatuto reconhecido, as negociações continuarão a marcar passo. Embora a Itália e a Igreja Católica gozem de um alto prestígio moral, é pequeno o seu poder de pressão. Esse poder, contudo, é bem grande da parte do governo sul-africano, que fez e ainda faz parte do conflito, não só pela sua ajuda à Renamo como por ser a única potência da região. Pretória quer fazer dessa negociação de paz um grande trunfo político para ser exibido em toda a África, bem como gostaria de controlar o seu processo.

Portugal e os EUA também são considerados como participantes importantes a entrar nas negociações de paz. Ver também as matérias: **O QUE A RENAMO EXIGE NAS NEGOCIAÇÕES DE ROMA** (p.27) e **RETICÊNCIAS DE MAPUTO MANTÉM PORTUGAL À DISTÂNCIA** (p.27).

EXPORTAÇÕES PARA ANGOLA: TRADINGS QUEIXAM-SE DE CHANTAGEM

As empresas portuguesas que exportam para Angola estão tendo problemas com o controle — considerado indevido — que a multinacional SGS (Société Générale de Surveillance) mantém sobre os preços dessas transações.

A SGS foi contratada pelo governo angolano para fiscalizar, à saída dos países de origem, todas as mercadorias para Angola que necessitem de carta de crédito do Banco Central de Luanda. As negociações de preço feitas pela SGS estão incluídas nesse contrato.

As empresas portuguesas não têm concordado com os preços fixados, e se não baixarem até o valor pretendido pela SGS as mercadorias não seguem (p.11).

AIP ELABORA ESTUDOS SOBRE MERCADOS AFRICANOS (PALOP)

A Associação Industrial Portuguesa realizará três estudos de mercado, em Angola-Namíbia, Moçambique-África do Sul, Guiné Bissau-Cabo Verde -Senegal. O texto trata do objetivo dos estudos, de sua base regional, de seus custos, dos executantes e o destino da informação obtida. (p.01)

UNITA SÓ IRÁ PARA O GOVERNO SE OBTIVER A MAIORIA NAS ELEIÇÕES (Angola)

Em visita a Lisboa e Porto, Jonas Savimbi, líder da UNITA, encontrou-se com empresários do norte de Portugal, reafirmando seu empenho no restabelecimento da economia de mercado em Angola, e dizendo-se contrário à participação de sua organização em coligações partidárias. Aborda também problemas relativos ao cessar-fogo, indenizações, e acesso dos partidos aos meios de comunicação. (p.02).

SAVIMBI É O NOSSO HOMEM (Angola)

Oito dias após o desembarque em Luanda, a UNITA realizou o seu primeiro comício político na praça Maria da Fonte. O ato agrupou cerca de oito mil simpatizantes e aderentes. Governo e UNITA lançaram o primeiro balão de ensaio democrático, numa zona onde o MPLA tem a sua base de apoio principal. A segurança do ato foi efetuada pela polícia angolana com 200 homens; apesar disso, os dirigentes da UNITA estavam armados. A grande surpresa ficou por conta da revelação da estrutura clandestina da UNITA em Luanda (p.03).

QUEREMOS EVITAR RESENTIMENTOS A TODO CUSTO (Angola)

Marcolino Moco, Secretário Geral do MPLA, em entrevista ao Expresso, apresenta um projeto eleitoral que visa reabilitar a imagem do governo de Luanda. Fala das razões que levaram à manutenção dos militares na estrutura dirigente do MPLA; analisa o discurso da UNITA à chegada em Luanda, e destaca a nova postura do MPLA de regresso ao meio rural. A sua nomeação tem sido interpretada, por ser ovimbundo, como fruto da nova preocupação étnica do MPLA. (p.04).

PÓS-GUERRA: TAREFA DIFÍCIL PARA PRESIDENTE DOS SANTOS (Angola)

O artigo enumera as questões que compõem a agenda do presidente angolano: a dívida com a URSS (e o interesse desta em permanecer com presença efetiva na região), o regresso de angolanos do exterior e o desarmamento da população. (pp.05 e 06).

ATRASO NAS LIBERTAÇÕES (Angola)

A libertação dos prisioneiros de guerra em Angola afigura-se problemática, devido à inexistência de um consenso entre as partes, desconfiando o governo da veracidade da afirmação da UNITA de que os prisioneiros que se encontram na Jamba pretendem permanecer nas áreas controladas pelo movimento de Savimbi. O artigo trata da proposta do governo da formação de uma comissão trilateral para a visita aos prisioneiros, da má condução do processo, do atraso na formalização dos mecanismos de fiscalização, e dos problemas que tudo isto causa para a formação do exército unificado. (p.08).

O ABRAÇO DE FERRO (Angola)

O artigo trata dos problemas no processo de libertação dos prisioneiros de guerra, enfatizando uma má vontade por parte da UNITA, destacando a suspensão por parte dela da libertação dos primeiros detidos, a contradição de suas afirmativas públicas acerca da questão, os seus esforços em reforçar a CCPM às expensas do governo e a pressão exercida sobre os prisioneiros. Menciona ainda a lista de pessoas que teriam sido mortas por ordem de Savimbi, trazida a público pelo FDA, partido formado de uma dissidência da UNITA. (p.09).

MILHARES DE DESAPARECIDOS EM ANGOLA

O artigo aborda o pouco interesse demonstrado pelos angolanos pela luta política, tratando dos problemas do processo de libertação dos prisioneiros de guerra. Destaca o fato de que muitos estão simplesmente desaparecidos, e que os números do governo e da oposição não coincidem. Menciona a lista de vítimas da "repressão Savimbista" publicada pelo FDA, e a dúvida acerca da veracidade das declarações da UNITA, de que os prisioneiros em sua maioria integraram-se ao movimento de Savimbi, reafirmando a necessidade de medidas efetivas para a identificação dos desaparecidos. (p.14).

INVESTIMENTO EM ANGOLA TERÁ DE SER LIBERALIZADO

Em um encontro que teve lugar recentemente, o empresariado angolano reafirmou sua reivindicação de um papel ativo na reestruturação do país. A matéria trata de uma série de medidas que deveriam ser postas em prática para a diminuição da intervenção do Estado na economia, e para que a cooperação passe a ser feita diretamente com os agentes econômicos angolanos. (p.15).

O PESADELO DO PAICV (Cabo Verde)

O governo da cidade da Praia decretou que os bens do PAICV obtidos por meio do Orçamento Geral do Estado sejam declarados propriedade pública. A matéria trata das negociações entre o PAICV e o governo para a solução dos contenciosos surgidos em virtude desta decisão, destacando a despreocupação anterior do PAICV em adquirir as instalações onde funcionavam suas repartições, entre as quais sua sede nacional. (p.17).

NÚCLEO DO PAIGC CRITICA GOVERNO (Guiné-Bissau)
"NINO" VIEIRA EM SITUAÇÃO DIFÍCIL

As duas matérias tratam da situação política na Guiné-Bissau, destacando a dificuldade encontrada pelo governo para equacionar os problemas surgidos com a abertura econômica e política, mencionando a resistência às mudanças por parte da ala conservadora do PAIGV (que controla o Comitê Central), as críticas do grupo renovador do partido à situação atual e à política do governo, os ataques da oposição à falta de transparência do regime e a flexibilidade do presidente "Nino" Vieira, que admitiu a necessidade de um maior diálogo entre os atores políticos. (pp. 18 e 19).

PAIGC CONVOCA CONGRESSO (Guiné-Bissau)

O artigo trata da reação do PAIGC à nova configuração política do país, marcada pela emergência de setores divergentes no interior do partido — grupo dos 121 — e de uma oposição que tenta sair da clandestinidade. Menciona a necessidade do diálogo, capaz de prevenir um possível recurso à força por parte dos conservadores, e destaca a confirmação do V Congresso do PAIGC para novembro deste ano. (p.20).

PERSISTEM MISTÉRIOS DA INTENTONA (Moçambique)

O artigo trata das circunstâncias do frustrado golpe de junho, apontando alguns dos possíveis objetivos da articulação, os elementos envolvidos (ou não), as repercussões imediatas, concluindo com uma consideração acerca do presidente Chissano e do desejo de reformulação das Forças Armadas. (p.22).

FRELIMO REÚNE CONGRESSO EM AGOSTO (Moçambique)

O artigo constitui-se em uma análise política de situação atual moçambicana; definindo-a como delicada e perigosa, para o grupo do presidente Chissano. O ponto principal da situação é o ambiente de contestação em alguns círculos do generalato moçambicano, que sentem-se afastados das decisões mais importantes. O artigo destaca ainda a importância do próximo congresso da FRELIMO, no que se refere à definição de novas estratégias face a realidade atual. (p.23).

OS "FALCÕES DE MAPUTO" (Moçambique)

Para o articulista (Fernando Couto), o frustrado golpe de Estado de junho demonstra que a RENAMO deveria mudar radicalmente sua estratégia, pois a insistência na luta armada fortalece o grupo da linha dura da FRELIMO. O artigo trata da repercussão mediática do golpe, da insatisfação de setores militares da FRELIMO que perderam grande parte de seu espaço político, o interesse que a FRELIMO teria em não terminar a guerra imediatamente, e da perspectiva de transferência das negociações de paz para Lisboa. (p.24).

SA MILITARY "GIVING ARMS TO INKATHA" (África do Sul).

Nico Basson, que afirma ter trabalhado para os serviços de inteligência da África do Sul, denuncia que a SADF (Força de Defesa da África do Sul) patrocinaria deliberadamente a violência nas "townships", fornecendo armas ao Inkatha, e pretenderia intervir discretamente nas eleições de 1992 em Angola, favorecendo a UNITA. O artigo comenta a validade destas afirmações, e apresenta as reações dos envolvidos, SADF e Inkatha (p.31).

OS SUL+AFRICANOS VÃO MESMO NEGOCIAR

Após a agitação política devido à revelação de que o governo do presidente F. de Klerk estava desde há muito a financiar o Partido Inkatha, apresenta-se alguma esperança de negociação em decorrência da estratégia, tanto do ANC, quanto do governo, de afastamento dos cargos de decisão dos homens mais controversos. A direita, formada pelo Partido Conservador, insinua que o governo facilitou intencionalmente uma fuga de informação, a fim de desacreditar o Inkatha e de ver-se livre de um parceiro que atrapalharia as negociações com o ANC. (pp.39 e 40).

O "GORBY DE PRETÓRIA" (África do Sul)

O artigo traça o retrospecto da atuação política de Frederik Willem de Klerk enfatizando a sua aproximação com as teses defendidas pelo partido democrático. (p.41).

UM PAÍS DE A a Z (África do Sul)

Glossário dos termos relativos à problemática da África do Sul, exemplos: bantustões; Desmond Tutu; Inkatha; Magnus Malan; OUA; Pik Botha; zulus. (pp.41 e 42)

ÍNDICE

I. <u>PALOP</u>	<u>PP.</u>
1. PALOP.....	01
2. Angola.....	02-15
3. Cabo Verde.....	16-17
4. Guiné-Bissau.....	18-21
5. Moçambique.....	22-29
6. São Tomé e Príncipe.....	30
II. <u>ÁFRICA AUSTRAL</u>	
1. África do Sul.....	31-42

PALOP aumentam comércio com Espanha

TODOS OS países africanos de expressão portuguesa, excepto Cabo Verde, aumentaram, durante o primeiro semestre deste ano, as suas exportações para Espanha, informou ontem a Direcção-Geral de Alfândegas.

No sentido inverso, registou-se no mesmo período de tempo uma diminuição das vendas espanholas para Angola, diminuição essa que foi de 31 por cento. Este país, que será visitado pelo primeiro-ministro espanhol, Felipe González, vendeu a Espanha produtos no valor de 2.134 milhões de pesetas (três milhões de contos), o que equivaleu a um aumento de 289,4 por cento, quando comparado com o mesmo período de 1990.

Moçambique vendeu à Espanha produtos pelo valor de 1.747 milhões de pesetas (2,446 milhões de contos), o que representou um aumento de 94 por cento

relativamente ao primeiro semestre de 1990. Por sua vez, as exportações espanholas para Moçambique cresceram 281,4 por cento, tendo atingido os 1.171 milhões de pesetas (1,69 milhões de contos).

A Guiné-Bissau exportou para Espanha 56 milhões de pesetas (78 mil contos) em produtos, o equivalente a uma subida de 155 por cento, enquanto que importou 59 milhões de pesetas (78 mil contos) em produtos, ou seja, registou uma subida nas suas importações de 103,5 por cento.

No primeiro semestre de 1990, São Tomé e Príncipe não exportou nada para Espanha, mas um ano mais tarde, exportava produtos no valor de seis milhões de pesetas (8,4 mil contos), enquanto importava de Espanha mercadorias no valor de 67 milhões de pesetas (100 mil contos). ■

AIP elabora estudos sobre mercados africanos

A ASSOCIAÇÃO Industrial Portuguesa (AIP) vai fazer três estudos dos mercados africanos onde os empresários portugueses têm mais hipóteses de poder vir a investir e a ter oportunidades de negócio. Nesse sentido serão feitos estudos sobre os mercados de Angola-Namíbia, Moçambique-Africa do Sul e Guiné-Bissau-Cabo Verde-Senegal.

O objectivo da AIP na elaboração destes trabalhos prende-se com o facto de se procurar "dar um salto qualitativamente novo na abordagem que fazemos desses mercados", refere Carvalho Pereira, chefe de serviços de Coo-

peração Internacional do Centro de Competência Técnica da AIP. Pretende-se que, quando houver missões empresariais a esses países, os seus elementos possam receber "informações mais detalhadas e mais bem tratadas dos mercados a visitar", ou seja, que essas "acções sejam apoiadas com dados de suporte".

Por outro lado, os estudos são elaborados numa óptica regional, tendo como base os países africanos de língua oficial portuguesa, daí a inclusão da Namíbia, África do Sul e Senegal.

Segundo Carvalho Perei-

ra, poderão estar prontos até final do ano, isto é, já depois da realização de missões empresariais aqueles países, "tudo dependendo da decisão do Ministério da Indústria e Energia" já que foi apresentada, em meados de Maio, uma proposta ao programa V do Programa Específico de Desenvolvimento da Indústria Portuguesa. O custo de cada estudo será "ligeiramente superior a 20 mil contos". Para a sua execução e elaboração foram já constituídas três equipas que trabalharão "em colaboração com o Instituto Português do Comércio Externo e de empresas com forte presen-

ça nas zonas em causa. Assim, na realização do estudo sobre a Guiné-Bissau-Cabo-Verde-Senegal participará a CESA, uma empresa de consultoria; para Angola e Namíbia está garantida a colaboração da Intersismet; por fim, para Moçambique e África do Sul conta-se com a participação da Partex.

De acordo com Carvalho Pereira, a AIP poderá vir a tomar "iniciativas idênticas para outros mercados" e provavelmente fará um estudo do mesmo género a "empresas portuguesas tendo em conta as suas potencialidades internacionais".

Quanto aos três estudos em causa, os seus objectivos são de avaliar as oportunidades para as trocas comerciais, para a assinatura de contratos de gestão, de possibilidades de investimento directo, além da tentativa de detecção de oportunidades de negócios em países terceiros, nomeadamente "através da criação de "joint-ventures". A informação recolhida e tratada "será sistematizada e eventualmente organizada em bases de dados actualizáveis e acessíveis aos principais interessados": os empresários. ■

João Seabra

Savimbi contra coligações

UNITA só irá para o governo se obtiver a maioria nas eleições

O líder da UNITA, Jonas Savimbi, reafirmou em Lisboa o empenhamento do seu movimento em implantar uma economia de mercado em Angola e defendeu uma nova regulamentação para os investimentos estrangeiros no País.

Numa entrevista ao programa «Já Agora», coproduzido pela Rádio Renascença e pela agência Lusa, Savimbi considerou que a economia centralizada implantada pelo governo do MPLA «arruinou um país rico como Angola».

O líder da UNITA manifestou a esperança de que a intenção anunciada pelo presidente angolano, José Eduardo dos Santos, de abrir o país a uma economia de mercado «não seja apenas para consumo interno e represente de facto uma abertura» do governo de Luanda.

Considerando necessário que sejam formadas pequenas e médias empresas em Angola, como forma de reabilitar o País, devastado pela guerra, Savimbi admitiu que há casos de angolanos, cujas propriedades e bens foram expropriados, «que têm que ser recompensados».

Os contactos que o dirigente da UNITA tem vindo a manter em Portugal com empresários de vários sectores têm por objectivo, precisamente, explicar os pro-

jectos políticos e económicos que a organização tem implantar em Angola, caso vença as eleições de 1992 e quais as suas prioridades, em caso de ser poder.

Recordando a guerra travada pela UNITA, Savimbi reafirmou que, se a sua organização «não tivesse pegado em armas», o MPLA não teria feito a abertura e Angola seria uma colónia dos russos e cubanos.

A nível político, Savimbi assegurou que «nunca mais a UNITA vai pegar em armas» e sublinhou que a sua organização não aceitará fazer parte de qualquer coligação, caso não obtenha uma maioria no escrutínio.

«Todo o governo de coligação exige compromissos constantes», afirmou, admitindo a possibilidade de, caso nenhum dos partidos obtenha a maioria, ser formado um governo de coligação do MPLA com outras organizações, ou se recorrer a eleições antecipadas.

Ainda em relação ao processo eleitoral que se avizinha, Savimbi disse não temer tentativas de manipulação por parte do MPLA, uma vez que a comissão conjunta político-militar, que agrupa a UNITA, o Governo de Luanda, Portugal, Estados Unidos, União Soviética e Nações Unidas, «é o órgão mais importante, porque é ele que vai condu-

zir todo o processo de eleições».

O acesso de todos os partidos envolvidos no processo eleitoral aos órgãos de comunicação social de Angola, nomeadamente a Televisão, foi também defendido por Savimbi, que notou que «ou o MPLA permite o acesso de todos, ou nós instalamos outra televisão».

Acerca da visita que o presidente português, Mário Soares, realizará brevemente a Angola a convite de José Eduardo dos Santos, o dirigente da UNITA afirmou apenas: «não podemos exigir que a visita seja depois das eleições. O presidente da República saberá julgar do momento oportuno para a realizar».

Jonas Savimbi sublinhou que no encontro que manteve com Eduardo dos Santos o informou da sua intenção de voltar a Luanda na primeira semana de Julho, por via aérea.

O encontro, segundo o dirigente da UNITA, foi «muito bom» e, durante período de uma hora, foram discutidas questões como as condições do cessar-fogo, a desmobilização dos dois exércitos, problemas económicos e futuros contactos, «quer a nível militar, quer mesmo político».

Considerando ser possível um entendimento com

Eduardo dos Santos, Savimbi notou: «não posso dizer que as nossas relações sejam óptimas, mas o ambiente é de grande abertura e durante quase uma hora o gelo quebrou-se e estivemos a falar de um entendimento futuro».

Durante a entrevista, o líder da UNITA foi posto em contacto via satélite com um responsável militar da sua organização, na Jamba, e informou-se da forma como a assinatura dos acordos para a paz em Angola tinha sido vivida no seu quartel-general.

Num outro contacto via satélite, desta vez com um jornalista da RR em Luanda, e colocado perante a questão de os órgãos de comunicação social do MPLA e da UNITA continuarem a utilizar uma linguagem ainda bastante agressiva, Savimbi prometeu que muito proximamente as duas partes encontrarão um entendimento também a este nível.

SAVIMBI ESTEVE NO PORTO

O presidente da UNITA, Jonas Savimbi, foi recebido, no passado dia 2, no aeroporto Francisco Sá Carneiro, do Porto, por algumas dezenas de pessoas, na sua maioria angolanos.

«Savimbi é a nossa escolha» e a «UNITA é paz e democracia» foram algumas das palavras de ordem que a comunidade angolano disse quando viu Jonas Savimbi à saída do aeroporto, onde se encontravam muitos outros disticos todos eles alusivos ao dirigente angolano, à paz e à solidariedade.

O presidente da UNITA, que teve um curto encontro com a imprensa, na sala VIP do aeroporto e que serviu apenas para tirar fotografias, dirigiu-se para o Governo Civil do distrito, onde Mário Cerqueira Correia o aguardava.

Savimbi chegou ao Porto com um atraso de duas horas, mas uma fonte da UNITA disse que o programa foi todo cumprido, apenas com algum atraso.

António Vilar, foi o responsável pela vinda do dirigente da UNITA à cidade do Porto onde permaneceu durante dois dias.

O líder da UNITA teve um encontro com empresários nortenhos, e a presença de Belmiro de Azevedo e de Eurico de Malo, e almoçou num hotel do Porto com a direcção do Forum Portu-calense.

Savimbi foi também aguardado por dezenas de pessoas na zona da Ribeira que se encontrava «coberta» de verde e vermelho, as cores das bandeiras que muitos angolanos empunham e que são também as cores de muitas das roupas que vestiam

Comício em Luanda

'Savimbi é o nosso homem'

MPLA e Unita olham-se desconfiados nas ruas de Luanda. Mas os primeiros testes à convivência democrática têm tido um saldo positivo

William Tonet
Luanda

OITO dias depois do seu desembarque na capital angolana o movimento de Jonas Savimbi realizou o seu primeiro comício político na Praça Maria da Fonte, no Largo do Kinaxixe.

Cerca de oito mil simpatizantes e aderentes, mobilizados pelo comité-piloto da Unita em Luanda — coordenado pelo ex-capitão Sebastião Lameira, capturado em 1987 pelas tropas governamentais —, concentraram-se desde as primeiras horas da manhã para saudar os seus dirigentes que integram a CCPM, e que são motivo de curiosidade diária dos aderentes da Unita, onde quer que estes se desloquem.

O comício teve início às 11 horas e 45 minutos, altura em que chegou Salupeto Pena e o resto da delegação. Antes porém a organização distribuía panfletos da organização e ouvia-se música e cânticos reli-

giosos em umbundu dialecto do Sul.

A segurança do acto foi assegurada pela polícia angolana que mobilizou cerca de 200 homens dispersos pela zona e em viaturas rápidas para qualquer eventualidade.

Governo e Unita lançavam o primeiro balão de ensaio democrático, numa zona onde o MPLA tem a sua base de apoio principal.

Houve pequenos incidentes e provocações, mas polícias e seguranças da Unita prontamente neutralizaram as situações.

O facto mais saliente aconteceu quando um simpatizante do MPLA exibiu, no meio da multidão, cartazes do seu partido. Prontamente envolvido pela população, valeu-lhe a pronta intervenção da polícia.

Apesar do ambiente de desanuviamiento nas relações entre governo e Unita a desconfiança continua a marcar o quotidiano das duas partes. Apesar de todo o aparato policial, os dirigentes da Unita não conseguiram esconder os revólveres e cinturões de balas que levavam debaixo das *t-shirts* de malha azul e amarela estampadas com a cara de Savimbi e os dizeres: «Este é o nosso homem.»

Como forma de reconhecimento a delegação vinda da Jamba decidiu distinguir os seus combatentes da clandest-



Galo Negro no Kinaxixe
«A Unita chegou, não vamos sair daqui!»

tinidade. Houve alguma surpresa quando Goodfrey Nangonya, vice-presidente da ACA, e o economista José Chisseva, antigo director comercial da Transportadora Aérea Angolana, foram apresentados como fazendo parte da sua estrutura clandestina, em Luanda.

«Assim a ACA nunca se poderá afirmar como terceira força», comentou a «O Jornal» um político angolano presente no Largo do Kinaxixe.

Um sabor umbundu no discurso de Salupeto

Numa altura em que a unidade da nação angolana é indispensável para a cristalização do processo democrático,

o discurso bilingue do chefe da delegação da Unita na CCPM — português/umbundu — foi amplamente comentado no decorrer do próprio acto, principalmente por aqueles que não falam umbundu.

Apesar deste aspecto, Salupeto, que afirmou dirigir-se ao povo de Luanda, deu um enfoque particular à necessidade de se preservar a paz.

«A Unita chegou, não vamos sair daqui.»

Alternando o seu fluente português com umbundu, o jovem engenheiro e sobrinho de Savimbi, tentou acalmar os ânimos da intelectualidade ao afirmar que a sua organização advoga uma Angola, «onde negros, mulatos e brancos se sintam livres, tenham a mes-

ma oportunidade para se equiparem e realizarem as suas aspirações espirituais e materiais».

A população de Luanda, os mestiços e brancos colocavam certas reservas à falta de tradição da Unita em aceitar, em igualdade de circunstâncias, estas raças, pelo que a mensagem estava lançada. Cibia agora aos destinatários decifrá-la.

Falando sobre o longo percurso para se chegar ao estado actual o dirigente da Unita afirmou que «ninguém está autorizado a minar o processo de paz». As garantias internacionais dos acordos do Estoril e o empenho das partes, permitem acreditar na implantação da democracia em Angola

e na realização, em Setembro, de eleições «livres, justas, democráticas e internacionalmente verificáveis». Exibindo o livro dos acordos e espelhando uma convicção ardente na vitória, disse que «as intimidações não são, de forma alguma, o garante da paz», alusão a um alegado desaparecimento físico de um militante da sua organização ocorrido no dia 20, no Bairro Operário.

Uma crítica foi também feita às autoridades que têm impedido que autocarros transportando elementos da Unita das zonas de Cacuaco e Bengo possam chegar ao Kinaxixe.

Um oficial da polícia contactado por «O Jornal», disse que a acusação não tem qualquer fundamento uma vez que a polícia e o governo aceitaram que a Unita realizasse o seu primeiro acto «público».

A aparelhagem sonora e os autocarros foram alugados a organismos governamentais.

O primeiro teste passou, a democracia em Angola marcha, ainda que nem todos os seus intervenientes consigam interpretar as suas regras.

Entretanto, horas depois do comício ter terminado, os adversários da organização de Jonas Savimbi retiraram todos os retratos do «camarada dr. Savimbi, a nossa escolha» e os panfletos onde se podia ler «Angola — Unita — Paz — Democracia».

EXPRESSO, SÁBADO 6 DE JULHO DE 1991

Marcolino Moco (Sec. Geral do MPLA)**«Queremos evitar ressentimentos a todo o custo»****LUANDA**Do nosso correspondente **Gustavo Costa**

MARCOLINO Moco, eleito há duas semanas secretário-geral do MPLA, defende para o seu partido uma estratégia que viabilize «o reencontro com uma nova identidade política», na esteira de um projecto eleitoral que visa reabilitar a imagem do Governo de Luanda.

Em entrevista ao EX-

RESSO, Marcolino Moco falou ainda das razões que levaram à manutenção dos militares na estrutura dirigente do MPLA e do discurso da UNITA à chegada a Luanda.

O novo homem forte do MPLA, um jovem político moderado, que iniciou esta semana uma viagem pelo interior de Angola, pretende «insuflar uma dinâmica de regresso do MPLA ao meio

te nos últimos anos, por força da guerra».

Originário da região ovimbundu, Marcolino Moco é tido como um dos líderes do movimento reformista e a sua escolha para o cargo que agora ocupa foi interpretada como uma tentativa do Presidente José Eduardo dos Santos de dar outro ordenamento étnico-linguístico à sua campanha.

EXPRESSO—Quais são as

linhas gerais da estratégia eleitoral do MPLA?

MARCOLINO MOCO — Preocupa-nos fundamentalmente a mudança da imagem do Governo, pugnando essa mudança pela revisão imediata do seu programa de acção económica e pelo fortalecimento das estruturas do partido, para debelar o movimento de dispersão e desorientação instalado nalguns círculos de militantes,

(Continua na página 12)

(Continuação da 1ª página)

provocado por uma onda vertiginosa de críticas, algumas justas, outras não, que se abatem sobre o MPLA.

EXP. — À chegada a Luanda, a UNITA enveredou por um discurso triunfalista. Que pensa da mensagem eleitoral do movimento de Jonas Savimbi?

M.M. — O discurso da UNITA insere-se numa dinâmica manipuladora, com recurso à agressão verbal, contra a sua própria corrente, e tem estado a provocar um sentimento de hostilidade latente no seio da população, o qual decorre do tipo de acções que ela praticou no passado.

EXP. — O MPLA receia isso?

M.M. — Temos um certo receio, na medida em que esse tipo de instrumentalização pode agitar a população e reavivar ressentimentos, que queremos a todo o custo evitar, nesta fase em que estamos empenhados na consolidação dos instrumentos que garantam a paz.

EXP. — Esse receio não terá repercussões eleitorais prejudiciais ao MPLA?

M.M. — No domínio eleitoral, a actuação da UNITA não nos preocupa. Com o seu actual discurso, a UNITA cultiva, pelo contrário, no seio da opinião pública um sentimento de hostilidade muito grande.

EXP. — Não será essa conclusão decorrente de uma análise cidadina?

M.M. — Não. Pode-se generalizá-la às províncias de Huambo,

Benguela e Bié, onde emerge também um sentimento de desaprovação da actuação da UNITA, devido às acções que realizou contra os camponeses.

EXP. — Apesar disso, não poderá a UNITA retirar dividendos do aparecimento de vários partidos no Norte, uma zona dominada no passado pelo MPLA?

M.M. — Julgo que não. No Sul, não ocorre o mesmo por falta de tradição. Devido à sua ligação fronteiriça com países independentes há muito tempo e ao cosmopolitismo da sua capital, o Norte tem uma propensão mais rápida para o surgimento de novos partidos. Estou em crer que, se o MPLA alterar a sua imagem, esta corrente de novos partidos ser-lhe-á favorável.

EXP. — Por vezes, parece haver uma diferença eleitoral acentuada entre a imagem de Eduardo dos Santos e do MPLA.

M.M. — Essa diferença a favor do Presidente é reflexo de erros de governação, que se traduzem na excessiva centralização da economia. Daqui resultou um Estado-providência, que transformou o MPLA no bode expiatório de todos os problemas da sociedade. Tudo poderá, no entanto, ser facilmente alterado, com a desburocratização do aparelho de Estado, a implantação da economia de mercado e a repartição da responsabilidade dos problemas sociais pela sociedade civil e instituições religiosas.

EXP. — Mas o Presidente José Eduardo dos Santos sem-

pre foi o chefe do Governo.

M.M. — Foi. Mas ele sempre liderou o processo de mudanças...

EXP. — Que não teve grandes resultados...

M.M. — Os resultados da sua acção não foram na verdade positivos porque o quadro em que elas assentavam estava viciado. Digamos que os grandes males da nossa governação nem sempre derivaram das pessoas mas do modelo da nossa anterior política económica e social.

EXP. — Como encara a proposta de realização de uma conferência nacional, apresentada por algumas formações políticas?

M.M. — Inviável! A situação em Angola, marcada no passado pela guerra, é diferente daquela que se vive em alguns países da África central. Por força dessa mesma guerra, uma tal conferência acabaria por pôr em causa os acordos do Estoril.

EXP. — Por que não abandonaram os militares o Comité Central do MPLA?

M.M. — Uma coisa é a nossa pretensão teórica, outra é a sua consecução prática à luz da realidade que ainda vivemos. Constatámos por isso que seria prematuro afastar já os militares, numa altura em que não está ainda constituído o Exército único. Houve apenas um adiamento e os militares serão afastados, à medida que avançarmos no processo de formação das Forças Armadas nacionais.

PÓS-GUERRA: TAREFA DIFÍCIL PARA PRESIDENTE DOS SANTOS

Não é novidade para ninguém, o MPLA fez a guerra graças ao auxílio da União Soviética. Com a UNITA foi a mesma coisa, com ajuda dos Estados Unidos da América.

Recentemente, durante a nossa permanência em Angola, correram notícias de que o governo angolano ia solicitar à URSS que lhe fosse perdoada a dívida militar. Segundo algumas fontes, giraria entre 11 a 13 bilhões de dólares. Dívida que teve a sua origem no fornecimento de armamento, cedência de consultores militares e formação de quadros militares. Também constou que o executivo angolano havia solicitado aos soviéticos que a dívida civil — que não chega a quatro bilhões de dólares — fosse reescalada, com pagamento num período de 100 anos.

Tem-se como certo nos círculos políticos angolanos que a URSS irá atender ao pedido do governo, pois que, embora se tenha descomprometido politicamente com a situação angolana, ainda tem muitos interesses geoestratégicos a defender e a preservar na região, como sejam a barragem da Kapanda, no médio Cuanza, construída em consórcio com Angola e o Brasil, o hospital da Humpata, onde são atendidas as tripulações da frota pesqueira soviética que actua no Atlântico Sul.

Ora, como é fácil de entender, se a UNITA vier a ganhar as próximas eleições de 92, a URSS teria tudo a perder em Angola e uma forma de evitar isso é facilitar a vida — e a governação — ao MPLA, de forma a que este consiga recuperar a sua imagem de popularidade, e assim aumentar as suas chances de uma vitória nas próximas eleições.

Neto/dos Santos — a diferença

A propósito da perda de popularidade que o MPLA sofreu, importa ter em conta que a responsabilidade por essa perda cabe em grande parte à liderança de Agostinho Neto, e não propriamente à de Eduardo dos Santos.

Com efeito, Neto foi o ideólogo e o introdutor do chamado "poder popular", responsável pelo ódio do negro contra o branco e o mestiço Neto, segundo alguns políticos angolanos, morreu com as mãos sujas de sangue. Foi ele que a partir de Maio de 1977 e na sequência do abortado golpe de

estado liderado por Nito Alves, ordenou a sangrenta repressão contra os seguidores deste último, saldado em cerca de 40 mil mortos. Episódio que ficou a ser conhecido por "revolta dos fracistas" ou "revolta dos fracos". Alguns dos que conseguiram sobreviver são os que hoje constituíram o PRD, um partido que é apontado como a terceira força política capaz de dividir o bolo das próximas eleições.

Diferentemente do seu antecessor, Eduardo dos Santos tem sido um presidente moderado, partidário da conciliação e não da repressão. Uma prova disso — dizem — é que muitos dos que reconhecidamente combateram a sua política nos últimos tempos continuam vivos e ocupando cargos importantes, quer na máquina do Estado, quer na hierarquia partidária. Também se tem como obra sua a recuperação de figuras muito válidas do MPLA, como Lopo do Nascimento, que Agostinho Neto havia "desterrado" para a Etiópia no final da década de 70.

Timido, Eduardo dos Santos riscou do seu discurso a palavra "camaradas", substituindo-a por "senhoras e senhores", é também o grande obreiro da viragem política do governo, ao aprovar o pacote de leis que estão a levar Angola pelo caminho irreversível da democracia e da recuperação económica. Dele se diz que os amores são o seu único calcanhar de Aquiles e talvez por isso tenha decidido casar-se com a jovem e linda Ana Paula, de quem espera um filho para breve.

Inverter a situação

Luanda — diga-se em boa verdade — vive actualmente em sociedade democrática. Os trabalhadores têm direito a greve, a liberdade de Imprensa é um facto, ainda mais digno de admiração, quanto se sabe que a rádio, televisão e o único jornal de Luanda, defenderam sempre as posições do governo. Para os leitores terem uma ideia da incrível viragem, aqui fica este exemplo: dias antes da nossa chegada a Luanda, o "Jornal de Angola" escarrapachou com grande destaque o escândalo sexual que envolveu um ministro do governo. Os luandenses deliraram com a notícia, foi das primeiras coisas que nos contaram, quando chegámos.

Democracia e uma coisa muito bonita, mas não chega para resolver os graves problemas

emergentes do país. Eduardo dos Santos tem pela frente uma tarefa gigantesca, mas comenta-se que é tremendamente orgulhoso, por isso mesmo está empenhado em "arrumar a casa", pois mesmo que venha a perder as eleições, deseja entregar ao seu sucessor um país com estruturas minimamente organizadas.

Não admira, portanto, que os planos imediatos do governo contemplem o relançamento do tecido económico nacional dilacerado por 16 anos de guerra, de quase inactividade produtiva, abrindo as portas à iniciativa privada, fazendo sugestivos apelos à iniciativa dos jovens empresários.

A solução dos graves conflitos de ordem social gerados e acentuados pela guerra — que, aliás, eclodiram alarmantemente neste tempo de paz — estão a merecer toda a atenção do presidente angolano, que para a sua resolução tem encaminhado grande parte das verbas do orçamento de Estado, assim como dirigido apelos à comunidade internacional solicitando ajudas.

Entre as prioridades contam-se a organização do regresso às terras de origem dos deslocados, apoio a milhares de mutilados (militares e civis), apoio aos órfãos (40 mil, segundo as estatísticas).

A situação é paradoxal. De facto, o governo terá proximamente de inverter uma situação que nos anos de guerra nada fez para contrariar. Referimo-nos ao êxodo das populações rurais para as cidades, algo que o MPLA sempre apoiou, já que controlando os centros urbanos a 100 por cento como de facto controlava, isso era uma forma de subtrair uma parte importante da população campesina a um controlo e influência política da UNITA.

Desmobilização

Outro problema grave para o governo angolano é o desarmamento da população civil, que durante anos se abasteceu de armas, comprando-as aos próprios soldados que as vendiam.

Actualmente, as autoridades militares e policiais estão a levar por diante a operação "Trovão 91", com grande apoio da rádio que difunde constantes apelos à população para que entregue as armas que tem escondidas. A televisão, por sua vez, passa nos seus noticiários as reportagens sobre rusgas efectuadas, mos-

trando imagens dos mini-arsenais apreendidos, assim como dos fautores que os guardavam. A operação parece estar a atingir o seu objectivo. De facto, durante a noite, centenas de armas são atiradas à sucupa para dentro dos recintos dos quartéis, outras são abandonadas junto das esquadras da polícia.

Outra preocupação do governo é o rumo a dar aos desmobilizados. Sabendo-se que o exército nacional único integrará cerca de 80 mil homens, quer o MPLA quer a UNITA terão de desmobilizar até à data das eleições grande parte dos seus efectivos. Estima-se que 170 mil soldados — 120 mil do MPLA e 50 mil da

UNITA — constituem a parte excedente, e para este grosso terá de haver condições de vida.

A este respeito, diz-se que o governo está a preparar um projecto de desenvolvimento da construção civil — sector deficitário em Angola e que na verdade se encontra nas mãos de empresas portuguesas e suecas.

Regressos...

O problema da ocupação da juventude é, do mesmo modo, preocupante. Sobretudo, se atendermos que cairá sobre os ombros do actual governo. Repare-se: há milhares de jovens angolanos que estudam no exterior — 20 mil, segundo fontes angolanas, dos quais metade são acolhidos por Cuba, 2,5 mil pela URSS e os demais repartidos pelos países do Leste Europeu, Portugal, Brasil, Espanha, França e Suíça.

Estes jovens, como é compreensível e legítimo, desejam apressar o seu regresso para votarem nas eleições. Aliás, alguns deles já regressaram, não só porque terminaram os seus cursos e estágios, como também porque esmoreceu a cooperação entre Angola e os países do Leste. As deficientes condições de trabalho que encontraram no seu país têm-nos levado a pressionar o governo, exigindo reformas sócio-políticas.

A agravar a situação antes referida, o governo terá ainda de solucionar o regresso dos quadros civis angolanos que se encontram em Portugal e no Brasil e também o caso dos refugiados nos países vizinhos, encaminhando-os para as suas zonas naturais. O problema é que a maioria desta população é

Correio da Manhã - 22/07/91

rural, os campos tornaram-se, entretanto, improdutivo por uma inactividade de longos anos e as condições de alojamento deixaram de existir. Aldeias inteiras desapareceram, vítimas da fúria da soldadesca incontrolada e do desgaste provocado pelo tempo.

Até bem recentemente — referem estatísticas do Ministério angolano dos Assuntos Sociais — o número de refugiados angolanos na Zâmbia e no Zaire ascendia a cerca de 800 mil.

A situação angolana, incluindo a preparação das eleições — com a agravante de serem as primeiras — obriga José Eduardo dos Santos a uma tarefa que político nenhum do Mundo gostaria de enfrentar, sobretudo porque tem um tempo muito curto para a executar.

A comunidade internacional tem-no apoiado, incluindo o antigo inimigo, a África do Sul, que enviou 2 milhões de dólares e 3 milhões de kwanzas, para a primeira fase da reconstrução das estradas. A Grã-Bretanha, que disponibilizou 2 milhões de libras para "programas de reconstrução nacional". O Canadá, que concedeu 18 milhões de dólares americanos nos dois últimos anos. A CEE, que disponibilizou para a região do Namibe (Moçamedes) 76 milhões de kwanzas destinados a reabilitar doze estabelecimentos escolares. A Espanha, que já concedeu a Angola créditos no valor de 350 milhões de dólares para projectos de infra-estruturas e compra de bens de consumo e equipamentos.

Tudo somado parece muito, mas não é! Dará para reconstruir uma pequena parcela da gigantesca Angola. Se Eduardo dos Santos conseguir atingir as metas que a si próprio se impôs antes das eleições, terá todo o direito a que o seu nome figure na galeria dos patriotas angolanos.

Texto: Lumena Martins
Fotos: Jorge Paula

Partidos já inscritos no Supremo de Luanda

São os seguintes, os partidos já inscritos no Supremo Tribunal de Luanda:

Partido Renovador Democrático, PRD; Partido Islâmico para a Salvação do Povo Angolano, PISSAPA; Partido Democrático Angolano, PDA; Partido de Renovação Social, PRS; Partido da Aliança Juventude, Operários e Camponeses de Angola, PAJOCA; Partido Social Democrático, PSD; Partido Social Democrático de Angola, PSDA; Partido Democrático Pacífico de Angola, PDPA; Partido Democrático para o Progresso, PDP; Partido da Concórdia para a Renovação, PCR; Partido da Aliança Democrática Humanista de Angola, PADHA.

Pretendentes a comissões instaladoras:

União Nacional para a Luz da Democracia e do Desenvolvimento de Angola, UNLDDA; União Nacional para a Democracia, UND; Forum democrático Angolano, FDA; Central Sindical Angolano, CSA; Liga Nacional Angolana de Defesa dos Direitos Humanos, LNADDH; Unidade Popular de Democracia Científica, UPDC; Convenção Democrática Nacional de Angola, CDNA.

PÚBLICO

QUARTA-FEIRA, 31 JULHO 1991

Conferência sobre Cabinda em Lisboa

Durão Barroso desconhece “iniciativa” de Luanda

O SECRETÁRIO de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação desconhece qualquer iniciativa oficial sobre a realização, em Lisboa, de uma conferência entre facções do movimento separatista de Cabinda (FLEC-Frente de Libertação do Enclave de Cabinda) e representantes do Governo de Luanda. Fonte do gabinete de Durão Barroso disse ao PÚBLICO que “o Governo português não foi consultado” sobre essa alegada iniciativa.

A delegada da agência Lusa em Luanda, Luísa Ribeiro, noticiava ontem que o Governo angolano mantém activa uma comissão incumbida de estabelecer contactos com “representantes das várias facções da FLEC,” com o objectivo de assegurar “o

cessar-fogo” naquele território de Angola. Citando fonte governamental em Luanda, Luísa Ribeiro anuncia a probabilidade de, “ainda no decorrer do segundo semestre deste ano, muitos elementos e entidades ligadas às várias tendências da FLEC” se encontrarem numa conferência de paz em Lisboa.

Ainda segundo o relato da delegada da agência Lusa, o Governo de Angola “admite discutir em Lisboa um estatuto político administrativo para Cabinda, contemplando as suas características próprias”, se o interlocutor representar “uma frente unida em Cabinda”.

A mesma fonte citada pela agência Lusa diz que a escolha de Portugal para uma eventual conferência tem a ver com o facto de se tratar

do “ponto de encontro privilegiado para todos os elementos da FLEC espalhados pelo mundo”.

O enclave de Cabinda tem cerca de 100 mil habitantes. Operam ali cerca de 20 mil soldados governamentais, com os quais coabitam, agora, duas centenas de militares da UNITA. Quanto à FLEC, é-lhe atribuída a simpatia de três mil cidadãos espalhados pelo Gabão, Zaire e Congo-Brazzaville. Homens em armas, segundo a Lusa, serão cerca de 70. Durante a guerra colonial, a preponderância da guerrilha foi exercida pelo MPLA. Segundo fontes governamentais de Luanda, a FLEC tem desenvolvido ultimamente acções de intimidação sobre populações civis, para adquirir

notoriedade, citando-se que “os portugueses têm a mais alta cotação por cabeça”, na perspectiva de sequestro com o objectivo de influir no comportamento do Governo português.

A expressão política da FLEC é tida como diminuta, segundo as fontes citadas em Luanda, mas foi-lhe atribuída a responsabilidade pela recente greve geral que quase paralisou a exploração petrolífera da Cabinda Gulf Oil, a principal fonte de receita de Angola. Segundo fonte governamental angolana, há possibilidade de se encontrar para Cabinda uma solução semelhante à adoptada por Portugal em relação à autonomia dos Açores e da Madeira, “desde que não haja violência armada no enclave”. ■ C.C.

PÚBLICO

QUINTA-FEIRA, 1 AGOSTO 1991

Angola

Atraso nas libertações

DOIS MESES depois da assinatura dos acordos de paz em Angola, a questão da libertação dos prisioneiros vem juntar-se aos atrasos que se registam na sua aplicação, sem que isso constitua um entrave ao processo.

Depois de na semana anterior à reunião da Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM) ter sido suspensa por as partes envolvidas não terem chegado a um consenso quanto à libertação dos prisioneiros de guerra, a questão foi agora remetida para a Comissão Política, sendo um facto que levará ainda algum tempo até conhecer o aval das partes. Fontes próximas às comissões disseram que o lado governamental apresentou uma proposta para que seja constituída uma equipa formada por representantes seus, da UNITA e do Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV) para inquirir os prisioneiros de guerra que se encontram na Jamba e confirmar a vontade de muitos pretenderem permanecer nas zonas controladas pelo movimento de Jonas Savimbi.

Esta proposta resulta do facto da UNITA ter feito um primeiro inquérito aos presos e informado que todos já estavam reintegrados e nenhum pretendia regressar aos pontos de origem e que um segundo inquérito feito pelo CICV alguns terem já manifestado essa vontade, o que a somar-se o caso do piloto Francisco Matamba, leva as autoridades a considerarem que os prisioneiros estão sob pressão.

Por isso, pedem que seja feito um terceiro inquérito na presença das três partes e à porta do avião para que o processo de li-

bertação decorra mais rapidamente, procurando-se recuperar o atraso que se regista actualmente. Segundo o acordado, a libertação devia iniciar (como aconteceu) a 20 de Julho e terminar ontem, mas os problemas registados com a libertação dos detidos na Jamba levou ao adiamento, também desta questão.

Observadores têm apontado o facto do processo estar a ser mal conduzido, motivo pelo qual estavam a surgir vários problemas. Os acordos referem nomeadamente que "o cessar-fogo compreende a libertação de todos os prisioneiros, civis e militares, detidos em consequência do conflito entre o Governo e a UNITA, cuja verificação deverá ser feita pelo CICV". Segundo os observadores não há, pois, razão para troca de prisioneiros, mas deverá haver a sua libertação pura e simples, até porque os presos soltos pelo Governo não são obrigados a ir para zonas da UNITA e vice-versa, sendo livres de escolher o seu destino.

Ontem realizou-se uma reunião entre representantes do Governo, da UNITA e do CICV para aprofundamento da questão, de acordo com a decisão da véspera da CCPM que criou um grupo técnico para apressar e encontrar mecanismos definitivos que satisfaçam o processo de completa libertação dos prisioneiros.

Nesta altura do processo, exactamente hoje, deveria estar concluído o movimento das forças para as áreas de localização, tarefa que regista um atraso de mais de um mês, uma vez que não está previsto para tão depressa o início do acantonamento

das tropas. Por esse motivo, a reunião da CCPM abordou o tema relativo ao desdobramento dos grupos de fiscalização do cessar-fogo, sem os quais não será possível fazer o controlo das tropas. O confinamento dos militares dos dois exércitos depende dos mecanismos de fiscalização e verificação e este foi um dos assuntos tratados ontem durante uma reunião entre o general Ciel da Conceição "Gato", das FAPLA, o brigadeiro Domingos Lutoki, das FALA e o general Péricles Ferreira Gomes, das Nações Unidas. Quer as FAPLA como as FALA têm referido estarem prontas a movimentar-se para as áreas de localização.

Os atrasos acontecem quase em cadeia e disso tem-se ressentido a comissão que trabalha na formação do exército nacional único. Os generais Pedro Maria Tonha (ministro da Defesa da RPA) e Chilingutula (das FALA) têm viajado por algumas províncias do centro e sul do país para efectuarem levantamentos das estruturas disponíveis para os centros de treino do futuro exército. Depois de terem estado no Huambo, onde a actual escola de oficiais Nicolau Gomes Spencer parece reunir o consenso para ser um dos futuros centros de reciclagem dos oficiais, a delegação encontra-se no Bié. Depois do confinamento das tropas serão seleccionados os militares que integrarão o futuro exército e os que serão desmobilizados. A missão está a ser acompanhada pelo general Tomé e Pinto, de Portugal, e por oficiais da França e da Grã-Bretanha. ■

Vitor Silva, em Luanda